

Programa Pisa para as Escolas nos Municípios

Exmo. Sr. Presidente do Instituto de Avaliação Educativa, Prof. Luís Santos

Honourable Coordinator of the project PISA for Schools from OECD, Ms. Joanne Caddy

Exmo. Sr. Coordenador Nacional do Projeto PISA para as Escolas, Prof. Gonçalo Xufre

Exmo. Sr. Diretor da Escola Monsenhor José Aloysio Pinto, Prof. Francisco Freire

Exma. Sr.^a Presidente da Câmara Municipal da Amadora, Dr.^a Carla Tavares

Exmo. Sr.^o Vogal do Conselho de Administração da POLITEC&ID, representado pelo Eng. Luís Osório,

Exmos Srs. Presidentes das Comunidades Intermunicipais

Exmos Srs. Presidentes das Câmaras Municipais e demais representantes

Exmo. Sr. Presidente do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, Prof. Luís Carvalho

Exmos Srs. Presidentes dos Agrupamentos de Escolas de Ensino Básico

Exmos. Srs. Presidentes das Escolas de Ensino Básico

Exmos. Srs. Presidentes/Diretores, das Escolas e Institutos do IPL

Caros Colegas,

Ilustres Convidados

Minhas Senhoras

Meus Senhores

Quero em primeiro lugar dar as Boas Vindas a todos os presentes nesta Cerimónia de lançamento do Projeto PISA para as Escolas nos Municípios e, em especial, à representante da OCDE nesta sessão:

On Behalf of the Lisbon Polytech Institute I would like to welcome Ms Joanne Caddy, who is the PISA project manager from the OECD.

I wish you and your team a good work and a good stay in Portugal.

I assure, that you can rely on our work.

Thank you for your presence in this meeting.

Todos nós estamos conscientes de que o incremento da quantidade e da qualidade da educação, nos seus diferentes aspetos, formal, não formal e informal é determinante para o desenvolvimento económico, social e humano do nosso país.

Este desígnio, de mais e melhor educação, é um projeto coletivo de convergência com os nossos parceiros europeus e que a todos nós diz respeito, em especial aos decisores governamentais e municipais, aos responsáveis pelos agrupamentos escolares e pelas próprias escolas e, por último, aos profissionais da nobre missão de ensinar.

A educação é determinante para alcançarmos uma maior coesão social, maior coesão territorial e almejarmos, no futuro, melhores condições de vida para todos os portugueses.

Longe vão os tempos do século passado, à data da implantação da república, onde a taxa de analfabetismo em Portugal era assustadora. Para cidadãos maiores de sete anos, esta taxa, atingia, em 1911, os 70%.

À época, o ensino primário obrigatório e gratuito era de apenas 3 classes, sendo a 4 classe facultativa e apenas necessária para quem quisesse prosseguir os estudos.

Num século, muito se evoluiu, grande foi o esforço realizado para alcançarmos a taxa de analfabetismo de 5,2%, segundo os Censos de 2011, ou, mais recentemente, o valor de 4,4% publicado em 2015 pela CIA World Factbook.

Ainda, assim, atrás da média da União Europeia e muito abaixo dos países do Leste Europeu onde a taxa de alfabetização ronda os 100%.

Sabemos bem que à medida que o nível de educação da população aumenta, maior é a exigência e a necessidade de esforço coletivo especializado para responder às expectativas, com o objetivo de criar uma sociedade mais qualificada, mais culta, económica e socialmente mais desenvolvida.

Devo aqui, por elementar justiça, referir o contributo dado, ao longo de mais de um século, pela nossa Escola Superior de Educação através da formação de milhares de professores que trabalharam e trabalham na educação dos portugueses.

A propósito, comemoramos, no próximo dia 10 de dezembro, os 100 anos da inauguração do seu edifício principal, um belo edifício da autoria do Arquiteto Arnaldo Bermudes mandado construir pelo governo da primeira república.

Ilustre Convidados

Minhas Senhoras

Meus Senhores

Sendo a taxa de analfabetismo de um país um indicador importante e correlacionado com o seu estado de desenvolvimento é, por si, insuficiente para uma completa caracterização do nível e qualidade da educação de uma sociedade.

Hoje o ensino é obrigatório em Portugal até aos 18 anos, ou até ao décimo segundo ano de escolaridade. É um desígnio de extrema relevância para o futuro coletivo do nosso país.

É certo que os governos, conscientes da importância da educação para o desenvolvimento do país, têm-lhe dado o merecido relevo, atento os investimentos que tem vindo a ser realizados.

Refiro, a título de exemplo, que, segundo dados constantes no relatório *Education at a Glance 2016 – OECD INDICATORS*, em 2013, a despesa do estado e das famílias, em todos os níveis de ensino não superior, foi de 4,8% do PIB, acima da média global dos países da OCDE de 3,6%, sendo que em Portugal apenas 0,6% do PIB foi investimento das famílias.

Em 2015, segundo dados constantes no relatório *Education at a Glance 2018 – OECD INDICATORS*, a despesa global de Portugal (estado + famílias) em todos os níveis de ensino não superior tinha caído para 3,95% do PIB, menos 0,85% do que dois anos antes, mas, ainda acima da média global (público + famílias) de 3,5% do PIB, dos países da OCDE.

Apesar do desinvestimento verificado em Portugal e na média dos países da OCDE, no que se refere ao ensino não superior, entre 2013 e 2015, estes dados, revelam, ainda assim, a importância dada pelos governos aos subsistemas do Ensino Básico e do Secundário.

Ilustres Convidados

Minhas Senhoras

Meus Senhores

Hoje, aqui chegados, e continuando a trabalhar para incrementar a quantidade da escolarização dos nossos jovens, possuímos novos e prementes desafios inerentes ao aumento de eficiência do sistema e à qualidade do ensino, ao caso, não superior.

Refiro-me, concretamente, à necessidade de aumentarmos a nossa capacidade de inclusão e de baixarmos a taxa de retenção e de abandono dos nossos alunos do ensino básico.

Tomando como referência o documento – Estado da Educação 2018, disponibilizado no passado mês de Novembro, pelo Conselho Nacional da Educação, esta taxa de retenção é no 1.º Ciclo do Ensino Básico de 2,8%, crescendo para 5,3% no 2.º Ciclo e atingindo os 7,8% no 3.º Ciclo.

Atento o facto dos nossos recursos financeiros e humanos serem limitados, torna-se imperativo uma sustentada avaliação do nosso trabalho, de modo a permitir-nos a tomada de conscientes e judiciosas decisões.

Como dizem os engenheiros, para controlar um sistema é necessário conhecer o seu estado em cada ocasião, e, para isso, é necessário a medida do seu desempenho em cada instante.

Foi com o objetivo de medir este desempenho que a OCDE criou o Programme for International Student Assessment (PISA), visando avaliar se os alunos de 15 anos, que frequentam, pelo menos, o 7.º ano de escolaridade, estão preparados para enfrentarem os desafios da vida quotidiana.

O PISA foi concebido para avaliar como os alunos são capazes de mobilizar as suas competências de Leitura, de Matemática ou de Ciências na resolução de situações relacionadas com o dia a dia, sendo também avaliadas as suas capacidades para a Resolução Colaborativa de Problemas e a Literacia Financeira.

O Programa PISA iniciou-se no ano 2000, com uma periodicidade trienal, produzindo um relatório contendo o resultado global de Portugal comparado com os resultados dos outros, cerca de oitenta, países envolvidos neste projeto.

Este programa tem sido uma valiosa ferramenta de apoio à decisão das entidades, ou agentes, intervenientes no processo de gestão do sistema de ensino português.

Com o intuito de responder ao interesse das escolas em conhecerem o desempenho dos seus alunos, no contexto territorial em que se inserem, surge o programa PISA para as Escolas e Municípios que hoje apresentamos publicamente.

Este novo programa, desenvolvido de parceria com a OCDE, as Comunidades Intermunicipais e os Municípios, é Coordenado pelo Politécnico de Lisboa, e no terreno pela Politec&ID.

Espera-se que os seus resultados capacitem os decisores, territoriais e locais, com informação de suporte que permita a melhoria do processo de inclusão, da qualidade do ensino e da aprendizagem, potenciando a troca de experiências entre pares.

Este programa PISA para as Escolas e Municípios, cuja importância será muito melhor explicada pelos próximos intervenientes nesta Sessão de Lançamento, Luís Santos, Joanne Caddy, Gonçalo Xufre e pelo testemunho de Francisco Freire.

É, em minha opinião, um importante meio, já testado noutros países, para a aquisição de conhecimento em contexto de campo, valioso na tomada de decisões para a persecução da construção de um país mais e melhor escolarizado, mais inclusivo, mais conhecedor e mais desenvolvido.

Queiramos nós, hoje, sermos mais inclusivos e tolerantes com a diferença, ajudarmos a desenvolver nos nossos jovens competências, capacidades e atitudes de modo a criarmos condições para produzirmos conhecimento novo, criação de valor, de que advirá o, necessário e justo, retorno social, e seremos dignos de comungar do desígnio último - Servir Portugal e os portugueses.

A todos os intervenientes neste projecto desejo Bom e profícuo trabalho.

Em nome do Politécnico de Lisboa, e após o fim desta Sessão de Lançamento, convido todos os presentes para um Porto de Honra que decorrerá no andar inferior. Espaço onde, também, poderão apreciar uma exposição de pintura que se encontra, actualmente, a decorrer.

Disse

Politécnico de Lisboa,

5 de Dezembro de 2019

Elmano Margato